STJ00104334

Marcos Bernardes de Mello

Doutor em Direito pela PUCSP. Mestre pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE). Professor Emérito da Universidade Federal de Alagoas. Professor de Direito Civil e Teoria Geral do Direito (Graduação e Pós-Graduação) do Curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas. Professor da Escola Nacional da Advocacia, da Escola Superior da Advocacia de Alagoas, da Escola Superior da Magistratura de Alagoas e da Escola Superior do Ministério Público de Alagoas. Membro da Academia Alagoana de Letras Jurídicas. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Instituto dos Advogados de Alagoas. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Membro da Academia Alagoana de Letras.

TEORIA DO
Fato Jurídico

Plano da Eficácia

1ª Parte

10ª edição

2015

100 ANOS

Saraiva

STJ00104334

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial *Luiz Roberto Curia*
Gerência editorial *Thaís de Camargo Rodrigues*
Assistência editorial *Daniel Pavani Naveira*

Coordenação geral *Clarissa Boraschi Maria*
Preparação de originais *Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e Ana Cristina Garcia (coords.)*
Adriana Maria Cláudio
Arte e diagramação *Isabela Agrela Teles Veras*
Revisão de provas *Amélia Kassis Ward e Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)*
Amanda Maria de Carvalho Anhoque
Auriana Malaquias
Serviços editoriais *Elaine Cristina da Silva*
Kelli Priscila Pinto
Tiago Dela Rosa
Capa *Casa de Ideias / Daniel Rampazzo*

Produção gráfica *Marli Rampim*
Impressão *Gráfica Paym*
Acabamento *Gráfica Paym*

ISBN 978-85-02-62714-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mello, Marcos Bernardes de

Teoria do fato jurídico : plano da eficácia : 1ª Parte / Marcos Bernardes de Mello. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Eficácia e validade do direito 2. Fato jurídico. I. Título.

15-01466 CDU-347.13

Índice para catálogo sistemático:

1. Fato jurídico : Direito civil 347.13

Data de fechamento da edição: 15-7-2015

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

197.651.010.001 968827

1096786

STJ00104334

ÍNDICE

Apresentação 11
Nota à 10ª edição 13
Nota à 9ª edição 15

Introdução 17
§ 1º Precisões terminológicas 17
§ 2º Delimitação temática 19

Capítulo I — NOÇÕES GERAIS SOBRE EFICÁCIA JURÍDICA .. 22

Seção I — *Definição do mundo jurídico* 22

§ 3º Norma jurídica, fato jurídico e eficácia jurídica 22
1. Mundo dos fatos e mundo jurídico 22
2. Definição do mundo jurídico 26
3. A atuação da norma jurídica (fenomenologia da juridicização). 27
i) Sobre a existência da norma jurídica, com vigência 27
i') Conceito de norma jurídica 28
i") Os pressupostos de existência da norma jurídica 32
ii) A eficácia da norma jurídica 34
iii) A verificação da eficiência dos elementos do suporte fáctico 35
§ 4º Causalidade no mundo jurídico 35

Seção II — *Fonte da eficácia jurídica* 43

§ 5º Fato jurídico: fonte única de eficácia jurídica 43
1. A doutrina tradicional 43
2. Crítica à doutrina tradicional 45

Seção III — *Das categorias eficaciais em geral* 47

§ 6º As categorias eficaciais 47
1. Conceito 47
2. Enunciação sistemática das espécies 48
3. Eficácia de direito material e de direito formal 48

Seção IV — *Irradiação da eficácia jurídica* 49

§ 7º Limites da eficácia jurídica 49
1. Considerações preliminares 49

2. Limites pessoais 50
3. Outros limites da eficácia (temporal, espacial e contenutístico) . 50
i) Natureza do fato jurídico 51
ii) Vontade dos figurantes 52
iii) Expressa disposição normativa 53
iv) Âmbito de valência do próprio sistema jurídico 54
iv') Limite espacial 54
iv") Limite temporal 56

Seção V — *Dos modos de eficácia jurídica* 56

§ 8º Classificação dos modos de eficácia jurídica 56
i) Eficácia total e eficácia parcial 56
ii) Eficácia plena e eficácia limitada 63
iii) Eficácia definitiva, resolúvel e interimística 66
iv) Eficácia instantânea, sucessiva e protraída 67
v) Eficácia própria, anexa e reflexa 70
vi) Eficácia *ex nunc*, *ex tunc* e mista 71
vi') Considerações gerais 71
vi") Eficácia *ex nunc* 72
vi"') Eficácia *ex tunc* 74
vi"") Eficácia mista 76
vii) Eficácia putativa 76

Seção VI — *Da ineficácia jurídica* 78

§ 9º Conceito 78

§ 10. Modos de ineficácia 81
1. Ineficácia total e parcial 81
2. Ineficácia absoluta e relativa 83

Seção VII — *Vicissitudes a que está sujeita a eficácia jurídica* 83

§ 11. Pós-eficacização do ato jurídico ineficaz 83
§ 12. Retroeficácia e modificabilidade de conteúdo eficacial 84
§ 13. Deseficacização 86
§ 14. Aparência de eficácia jurídica 88

Capítulo II — DA ESFERA JURÍDICA 94

§ 15. Conceito 94

Capítulo III — DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS (*LATO SENSU*) 98

§ 16. Precisões terminológicas 98

§ 17. Espécies de situações jurídicas 100
i) Critérios metodológicos 100
ii) Classificação das situações jurídicas 103

Capítulo IV — DA SITUAÇÃO JURÍDICA BÁSICA 104

§ 18. Conceito 104

Capítulo V — DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS SIMPLES OU UNISSUBJETIVAS 108

Seção I — *Generalidades* 108

§ 19. Caracterização da espécie 108
i) Referibilidade a uma só esfera jurídica (unissubjetividade) 111
ii) Oponibilidade *erga omnes* 112
iii) Impositividade 113

Seção II — *Principais espécies de situações jurídicas unissubjetivas* .. 113

§ 20. Atitude metodológica 113
§ 21. Das capacidades 114
1. Generalidades 114
2. Natureza instrumental das capacidades específicas 115
3. Natureza jurídica das capacidades 116
§ 22. Da capacidade jurídica 118
1. Conceito 118
2. Divergências doutrinárias 119
§ 23. Capacidade de agir e outras capacidades substantivas em direito privado 121
1. Generalidades 121
2. Capacidade de praticar ato-fato jurídico 122
3. Capacidades negocial e de praticar ato jurídico *stricto sensu* 124
4. Capacidade de herdar (legitimação hereditária) 125
i) Capacidade da pessoa física 126
ii) Capacidade da pessoa jurídica 127
iii) Exceções às regras gerais 127
5. Capacidade de ser empresário 128
6. Capacidade de praticar ato ilícito civil 129
7. Capacidade para obrigar-se por fato jurídico indenizativo .. 130
§ 24. As capacidades em direito público material 132
1. Capacidade política 132

2. Capacidade criminal 134
3. Capacidade de ser parte 135
4. Competência funcional 139
§ 25. As capacidades em direito público formal 143
1. Capacidade processual 143
2. Capacidade postulacional 144
§ 26. Observação final 145
§ 27. Do sujeito de direito 145
1. Atitude metodológica 145
2. Conceito 146
3. Objeções doutrinárias 147
3.1. Personalidade e capacidade jurídica 147
3.2. Sujeito de direito e titularidade de direito 150
3.3. Observação final 151
§ 28. Sujeitos de direito que não são pessoa 152
1. Sociedade não personificada e sociedade irregular 152
2. Massa falida 154
3. Espólio 155
4. Heranças jacente e vacante 156
5. Condomínios 157
6. Nascituro e *nondum conceptus* 158
§ 29. Das pessoas 161
1. Personalidade jurídica 161
2. Espécies de pessoas 166
§ 30. Da pessoa física 167
1. Quem é 167
2. Personalidade jurídica e direito à personalidade 167
3. Limites temporais da personalidade 169
3.1. Início da personalidade 169
3.2. Término da personalidade 171
i) Morte natural 171
ii) Comoriência 174
iii) Morte presumida 175
§ 31. Das pessoas jurídicas 176
1. Conceito 176
2. Classificação 177
3. Limites temporais da personalidade jurídica 180
3.1. De direito público 180
3.2. De direito privado 182

Capítulo VI — DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS COMPLEXAS OU INTERSUBJETIVAS UNILATERAIS 187

§ 32. Conceito 187
§ 33. Análise sucinta das espécies 188

Capítulo VII — DA RELAÇÃO JURÍDICA 192

Seção I — *Considerações gerais* 192

§ 34. Conceito 192
§ 35. Estrutura da relação jurídica 194
§ 36. Princípios regentes da relação jurídica 195
1. Princípios essenciais 195
i) Princípio da intersubjetividade 195
i.*a*) Relação jurídica entre pessoa e coisa 197
i.*b*) Relação jurídica entre pessoa e lugar 198
i.*c*) Relação jurídica entre coisas 199
i.*d*) Relação jurídica da pessoa consigo mesma 199
i.*e*) Direitos e deveres sem sujeito (?) 200
ii) Princípio da essencialidade do objeto 201
iii) Princípio da correspectividade de direitos e deveres 204
2. Princípio não essencial 205
i) Princípio da coextensão de direito, pretensão e ação 205
§ 37. Conteúdo eficacial da relação jurídica 206
1. De direito material 206
2. De direito formal 212

Seção II — *Classificação das relações jurídicas* 212

§ 38. Critérios metodológicos 212
§ 39. Relações jurídicas fundamentais e consequenciais 213
§ 40. Relações jurídicas de direito relativo e de direito absoluto 217
§ 41. Relações jurídicas reais e pessoais 224
1. Considerações gerais 224
2. Relação jurídica real 225
2.1. O objeto da relação jurídica real 226
2.2. Natureza de direito absoluto 229
2.3. Exercício pelo titular dos direitos, pretensões e ações independentemente da cooperação necessária de terceiro 230
3. Relação jurídica de direito pessoal 231
3.1. Características da relação jurídica de direito pessoal ... 231

i) Caráter de direito relativo e absoluto 232
ii) Objeto da relação jurídica pessoal 233
iii) Necessidade de cooperação de terceiro 235
§ 42. Relações jurídicas de direito material e de direito formal 236
§ 43. Relações jurídicas unigeradoras e multigeradoras 237
§ 44. Relações jurídicas de direito público e de direito privado 238
1. Conceito 238
2. Espécies mais relevantes de relações jurídicas de direito público 239
2.1. Relações jurídicas processuais 239
i) Estrutura 239
ii) Conteúdo 241
iii) Objeto 243
2.2. Relação jurídica de direito tributário 244
i) Conceito 244
ii) Natureza da relação jurídica tributária 244
iii) Os termos da relação jurídica tributária 246
iii') O sujeito ativo 246
iii'') O sujeito passivo 247
iv) Objeto da relação jurídica tributária 248

Capítulo VIII — CONCLUSÕES 250

Bibliografia 277

Índice alfabético-remissivo 299